



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de filmagem, edição e pós-produção de eventos, produções jornalísticas e promocionais/institucionais/documentais e produção de áudios, para veiculação em locais de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

2. JUSTIFICATIVA:

Supervisionados pela Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, os serviços resultarão na produção de programa jornalístico, com a finalidade de divulgar ações e entrevistas sobre assuntos referentes à Justiça estadual, além da produção de vídeos institucionais e suporte técnico para sonorização, filmagem e transmissão simultânea em eventos e solenidades promovidas pelo Poder Judiciário estadual.

Ressalta-se, na oportunidade, a importância da utilização de meios para divulgação das informações supracitadas, tendo em vista o Planejamento Estratégico do TJCE, o qual possui em uma de suas vertentes a "Intensificação da Interlocução com a Sociedade". Salienta-se, também, que o programa jornalístico e os vídeos institucionais constituem ferramentas importantes para disseminação do trabalho da Justiça estadual, bem como das suas formas de acesso.

Oportuno elencar que a contratação de empresa especializada para realização dos serviços que constituem o objeto deste instrumento, também propiciará a capacidade de cobertura e transmissão dos eventos ocorridos no Poder Judiciário Cearense, noticiando as ações do TJCE, acerca da otimização dos serviços prestados para a população.

Por fim, o presente pleito também tem por objetivo proporcionar ao TJCE a capacidade de produção do material, tendo em vista a ausência, em seu quadro de pessoal, de cargos específicos destinados à realização das atividades técnicas descritas neste instrumento.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

3. MODALIDADE:

Levando-se em consideração o fato de os serviços que são objeto deste instrumento são de fácil mensuração e identificação no mercado, torna-se possível estabelecer objetivamente características de qualidade, ou seja, os seus respectivos desempenhos não dependem de alternativa técnica dependente de tecnologia sofisticada.

Portanto, pode-se definir os serviços objetos deste instrumento como bens comuns, os quais possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Diante do enquadramento em bens comuns, o certame deverá ser realizado na modalidade PREGÃO.

4. DA PARTICIPAÇÃO:

4.1 É vedada a participação de interessados:

4.1.1 Sob forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição, tendo em vista que tal restrição não inviabiliza a competitividade plena entre as participantes, levando-se em consideração o fato de se tratar de bens e serviços comuns, sem elevada especificidade tecnológica ou grande vulto que representariam a necessidade de considerável aporte de capital para atendimento ao objeto do presente instrumento

4.1.2 Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;

4.1.3 Empresas estrangeiras que não tenham autorização para funcionar no País;

4.1.4 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido, aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem apresentando interesse econômico em comum;

4.1.5 Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Estadual Direta ou Indireta;

4.1.6 Que seja autor do Termo de Referência;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

4.1.7 Que não possua, em seu contrato social, declaração expressa de que o seu ramo de atividade é compatível com as atividades solicitadas no objeto deste instrumento;

4.1.8 Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei n. 8.666/1993;

4.1.9 Empresas que estiverem sob a aplicação da penalidade referente ao art. 87, incisos III e IV, da Lei n. 8.666/1993, ou do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 c/c o art. 28 do Decreto n. 5.450/2005;

4.2 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste instrumento

5. NORMAS E LEGISLAÇÃO:

5.1 A contratação dos serviços de que trata este Termo de Referência tem amparo legal:

a) Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores – LEI DE LICITAÇÕES;

b) Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR;

5.2 A CONTRATADA deverá obedecer todas as Normas Técnicas vinculadas ao objeto deste documento;

5.3 A CONTRATADA deverá obedecer todas as normas administrativas desta Corte, bem como à legislação civil e criminal, independente de suas transcrições.

6. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS:

A execução do objeto deste instrumento se dará por filmagem, edição e pós-produção de eventos, produções jornalísticas e promocionais/institucionais/documentais e produção de áudios, para veiculação em locais de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com equipamentos da CONTRATADA, sem uso de equipamentos do CONTRATANTE e sem custos adicionais.

Os serviços poderão ser realizados no período entre 6h e 22h, de segunda a sexta-feira, e, excepcionalmente, nos finais de semana e feriados, em datas a serem definidas pela CONTRATANTE, conforme necessidade do serviço na sede do Tribunal de Justiça do Ceará e unidades judiciárias situadas na Capital ou no Interior (Fóruns, Juizados, Turmas Recursais, Escola Superior da Magistratura, Creche do Poder Judiciário, entre outros).



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

6.1 A CONTRATADA DEVE DISPOR, NO MÍNIMO, DOS SEGUINTE PROFISSIONAIS:

- a) 3 (três) cinegrafistas;
- b) 2 (dois) auxiliares de cinegrafista;
- c) 2 (dois) profissionais editores de imagens, pós-produção e finalização de vídeos;
- d) 1 (um) técnico de estúdio;
- e) 1 (um) diretor de cena e fotografia;
- f) 1 (um) produtor;
- g) 2 (dois) motoristas;

No que concerne à comprovação do quadro de pessoal, deverá ser apresentada declaração do licitante assegurando a existência dos colaboradores citados acima ou através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

6.2 ATRIBUIÇÕES:

6.2.1 Compete ao cinegrafista:

- a) Cobrir matérias jornalísticas, incluindo todo o conhecimento necessário para atender a uma pauta de filmagem sem a necessidade de acompanhamento do repórter;
- b) Captar imagens utilizando-se de câmeras e equipamentos profissionais digitais, em ambientes externos e/ou em estúdio;
- c) Trabalhar com conceitos avançados pertinentes à iluminação, enquadramento e ângulos, tanto em coberturas internas, quanto em jornalísticas, responsabilizando-se pela qualidade técnica final do produto;
- d) Ter condições técnicas de executar o manuseio adequado dos equipamentos (câmeras de vídeo e iluminação), de maneira a obter resultados satisfatórios na produção de áudio e vídeo quando da realização das gravações;
- e) Executar outras atividades correlatas.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

6.2.2 Compete ao auxiliar de cinegrafista:

- a) Conduzir, instalar, montar e armazenar equipamentos e acessórios de filmagem, como lentes, baterias, tripés, cabos e extensões;
- b) Manter os equipamentos organizados para utilização a qualquer tempo;
- c) Auxiliar na organização de ambientes para filmagem (móveis, montagem de estúdios) bem como auxiliar na correção de luz por meio de rebatedores;
- d) Operar microfones, flash, drivers, fitas XDCAM, cartões de memória e equipamentos de iluminação;
- e) Ter condições técnicas de auxílio ao cinegrafista nas captações de áudio e iluminação (externas e estúdio) e utilização de grua e *travelling*;
- f) Executar outras atividades correlatas.

6.2.3 Compete ao editor de imagens, pós-produção e finalização de vídeos:

- a) Editar arquivos de áudio e vídeo e pós-produzir os programas adicionando arte, sonorização e os efeitos visuais necessários;
- b) Criar e produzir as artes gráficas, videografismos e vinhetas que vão compor as reportagens, documentários e programas;
- c) Criar efeitos especiais;
- d) Gravar, reproduzir e converter arquivos em mídias eletrônicas (CD, DVD, etc);
- e) Capturar e digitalizar sinais de áudio e vídeo;
- f) Finalizar vídeos;
- g) Operar e editar em ilha de corte não linear;
- h) Inserção de caracteres e legendas;
- i) Ter condições técnicas de operar a estação de edição e realizar os procedimentos de captura e edição de áudio e vídeo gravados em estúdio ou em externas. Deverá, quando da realização dos procedimentos de edição, capturar, editar, finalizar e arquivar os programas, matérias, reportagens e todos os demais registros de áudio e vídeo que o CONTRATANTE achar necessário ser realizado, devendo, ainda, dar o devido suporte técnico de manutenção e instalação de softwares da referida estação;
- j) Executar outras atividades correlatas.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

6.2.4 Compete ao técnico de estúdio:

- a) Responsável pela boa iluminação de modo a proporcionar a melhor qualidade visual das cenas;
- b) Operar microfones, garantindo o sinal de áudio;
- c) Operar teleprompter (TP);
- d) Manter os equipamentos organizados para uso a qualquer tempo.

6.2.5 Compete ao diretor de cena:

- a) Dirigir equipe técnica (cinegrafistas, auxiliares, técnicos, editores) e garantir a qualidade do produto apresentado (reportagens, entrevistas em estúdio e programa finalizado);
- b) Coordenar as gravações em estúdio, monitorando o tempo de entrevista, e orientando o (a) apresentador (a) do programa e os entrevistados sobre questões técnicas;
- c) Operar a *switcher* de corte e, sempre que for necessário, montar o programa em tempo real.

6.2.6 Compete ao produtor:

- a) Responsável pelas rotinas de gravação, checagem de equipamentos, agendamento de gravações, acompanhamento da equipe sempre que necessário e outras atividades inerentes à função. O profissional será responsável pelo contato junto à Assessoria de Comunicação.

6.2.7 Compete ao motorista:

- a) Responsável por guiar o veículo de transporte dos profissionais da CONTRATADA para atender as demandas objetos deste Termo.
- b) Responsável por entregar versão do programa para aprovação da Assessoria de Comunicação;
- c) Responsável por entregar as mídias do "Judiciário em Evidência" nas emissoras parceiras que exibem o programa.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

7. CAPACITAÇÃO TÉCNICA:

7.1 Atestados de Capacidade Técnica

Para efeitos de comprovação da qualificação técnica, o participante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante produziu programa jornalístico, vídeos institucionais e prestou serviços similares ao objeto da licitação.

7.1.1 O(s) atestado(s), devidamente datado(s) e assinado(s), deverá (ão) ser emitido(s) em papel timbrado do emitente, devendo conter o nome do representante legal, cargo/função, telefone e/ou e-mail da pessoa jurídica;

7.1.2 Durante o certame, poderão ser requeridos documentos comprobatórios das informações constantes no(s) atestado(s) de capacidade técnica. Considerar-se-ão documentos hábeis:

a) Cópias de atas de registros de preços e/ou contratos, caso o emitente seja órgão público;

7.2 Qualificação Econômico-Financeira

7.2.1 Para comprovar qualificação econômico-financeira a CONTRATADA deverá:

a) Apresentar certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica;

b) Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigível, e apresentado na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de três meses da data da apresentação da proposta, comprovando



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG iguais ou superiores a 1 (um);

c) Comprovação de Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 Deve dispor de estúdio, em Fortaleza, dotado de condições físicas, de acessibilidade, acústicas e luminotécnicas necessárias às gravações, tendo isolamento acústico, condicionadores de ar silenciosos e iluminação fria;

8.2 A CONTRATADA deve confeccionar cenário físico contendo logomarca do programa, mobília, bancada, quadros e objetos ornamentais. Em seguida, submetê-lo à aprovação da Assessoria de Comunicação. A CONTRATADA responsabiliza-se pela manutenção e custos com cenário;

8.3 Dispor de, no mínimo, 2 (duas) câmeras profissionais que filmem em modo *full HD*;

8.4 Dispor de ilha de edição e softwares, devidamente licenciados, aptos ao formato digital (HD);

8.5 Dispor de softwares gráficos e de animação 3D, devidamente licenciados, na abertura, encerramento e passagens de blocos;

8.6 Dispor de teleprompter (Tp), em perfeitas condições de uso;

8.7 Dispor de veículos próprios em condições ideais para transporte dos equipamentos e da equipe;

8.8 Fazer uso, quando for o caso, de grua e travelling. Os equipamentos devem estar em perfeitas condições de funcionamento;

8.9 Possuir equipamentos de iluminação em condições ideais de uso e que garantam boa qualidade de imagem, evitando sombras, "estouro" e outras imperfeições;

8.10 Dispor de, no mínimo, 2 (dois) microfones bolas, sem fio e com protetor, devidamente padronizados (mesma marca e modelo);



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

- 8.11** Dispor de, no mínimo, 4 (quatro) microfones de lapela, sem fio e com transmissores, devidamente padronizados (mesma marca e modelo);
- 8.12** Dispor de, no mínimo, 2 (duas) canoplas com a logomarca do programa, a ser aprovada pela Assessoria de Comunicação do Judiciário do Ceará, devidamente padronizadas (mesma marca e modelo);
- 8.13** Dispor de *switcher* de corte, com no mínimo quatro entradas, possibilitando a montagem do programa em tempo real quando necessário;
- 8.14** Dispor de monitor com cronômetro para orientar o (a) apresentador (a) quanto ao tempo de gravação;
- 8.15** Assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços de produção, gravação, edição e finalização dos programas. As gravações poderão ser internas (em estúdio próprio da CONTRATADA) e externas (com a possibilidade de montar estrutura móvel de estúdio em lugar de interesse, além de reportagens);
- 8.16** Dispor de estúdio para gravação de *off* com isolamento acústico, além de utilizar programas de correção e modulação em áudio;
- 8.17** Realizar a produção técnica, garantindo equipe técnica necessária à boa qualidade do trabalho;
- 8.18** Compor trilha sonora exclusiva para o programa, apresentando declaração assinada pelo compositor atestando a autoria e termo de cessão dos direitos autorais à Justiça do Ceará;
- 8.19** Em caso excepcional, existindo a indisponibilidade da apresentação por parte de representante indicado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá disponibilizar apresentador substituto próprio para eventuais gravações;
- 8.20** Assumir, como exclusividade sua, os riscos e as despesas concernentes à execução dos serviços, compreendendo transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências;
- 8.21** Responsabilizar-se por qualquer dano ocorrido em decorrência de má realização dos serviços;
- 8.22** A CONTRATADA deve estar disponível integralmente para se deslocar às instalações da Justiça do Ceará e outros locais de interesse situados na Capital, e, eventualmente, no Interior do Estado. A solicitação para filmagens externas em Fortaleza poderá ser feita com antecedência de até 6 (seis) horas, contadas a partir da confirmação de recebimento do e-mail oficializando a demanda. No caso de viagem, em até 48



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

(quarenta e oito) horas, contadas conforme disposto acima. Deverá, ainda, disponibilizar e-mail para registro das solicitações de equipe para realização de filmagens externas;

8.23 Despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem da equipe correrão por conta da CONTRATADA;

8.24 Sempre que necessário, disponibilizar no mínimo 2 (duas) equipes para gravação simultânea de reportagens e também 1 (uma) equipe para gravação de reportagem no horário em que estiver ocorrendo a entrevista em estúdio;

8.25 Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada durante a execução dos serviços;

8.26 Fornecer ao CONTRATANTE toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto da contratação, bem como facilitar a fiscalização da execução dos serviços, cuja omissão na fiscalização não diminui ou substitui a responsabilidade da CONTRATADA, decorrente das obrigações pactuadas;

8.27 Entregar a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos previdenciários e fiscais;

8.28 Manter os profissionais devidamente identificados, nas dependências do CONTRATANTE, por meio de crachás ou uniformes fornecidos pela CONTRATADA;

8.29 Não utilizar telefones, computadores e aparelhos eletrônicos do CONTRATANTE para tratar de assuntos alheios ao serviço;

8.30 Identificar todos os materiais e equipamentos de sua propriedade porventura utilizados pelos prestadores de serviço, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

8.31 Entregar termo de cessão de direitos autorais, devidamente assinado, de concordância referente à cessão de direitos autorais, no prazo de até 2 (dois) dias após assinatura do contrato;

9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1 Fiscalizar, acompanhar e avaliar o cumprimento do objeto desta contratação;

9.2 Acompanhar, permanentemente, a execução dos serviços ajustados por intermédio da Assessoria de Comunicação Social, a qual caberá atestar os relatórios apresentados;

9.3 Efetuar o pagamento correspondente aos serviços prestados, na forma do item 16 deste documento;

9.4 Comunicar imediatamente, à CONTRATADA, qualquer irregularidade observada no funcionamento dos equipamentos;

9.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.6 Comunicar imediatamente ao FISCAL do contrato qualquer irregularidade constatada na execução do objeto deste contrato;

10 GARANTIA CONTRATUAL

A empresa CONTRATADA deverá apresentar garantia no ato da assinatura do contrato, equivalente a 5% do valor global estimado anual, sob quaisquer das modalidades previstas no artigo 56, parágrafo 1 da Lei 8.666/1993. Caso haja renovação do contrato ou ajuste de preços, deverão ser realizadas as adequações necessárias, quanto à vigência e cobertura, nos documentos de garantia. Caso ocorra a utilização de valor da garantia para o pagamento de multas, a empresa deverá recompor o valor utilizado. A garantia será devolvida no término do contrato e após cumprimento integral das obrigações assumidas.

11 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 DA GESTÃO

A gestão será realizada pelo Chefe da Assessoria de Comunicação, ao qual compete à atribuição de ordenador a despesa e de monitorar a execução do contrato, encaminhando, mensalmente, atesto relativo à prestação dos serviços, comunicando os serviços realizados ao longo do mês.





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

11.2 DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será realizada por 1 (um) servidor efetivo, lotado na Assessoria de Comunicação Social, ao qual caberá informar ao gestor do contrato eventuais descumprimentos de cláusulas contratuais ou quaisquer outros fatos que desabonem o pagamento mensal do contrato, além do repasse de informações oriundas da CONTRATADA sobre qualquer irregularidade constatada na execução do objeto.

12 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

12.1 O critério de julgamento será pelo menor valor global, levando-se em consideração o total apresentado na Planilha 1 do anexo I e, também, os valores unitários de cada item. Ressalta-se, na oportunidade, que após realização do certame, será realizada visita técnica às instalações físicas da vencedora com a finalidade de subsidiar a confecção do dossiê que atestará a capacidade de estrutura da empresa para atender ao solicitado nos itens 6 e 8 deste instrumento.

12.2 A diligência será realizada por, no mínimo, 02 (dois) integrantes da Assessoria de Comunicação do TJCE, documentando-a por meio de registros fotográficos e laudo técnico, os quais deverão constar em anexo ao documento de atesto da licitante vencedora, que será emitido pela Assessoria de Comunicação, preliminarmente aos procedimentos de homologação e adjudicação.

12.3 Caso a vencedora não possua estrutura própria na cidade de Fortaleza, Ceará, a diligência será realizada 10 (dez) dias corridos após assinatura do contrato para realização das verificações dispostas no item 13.2;

12.4 O prazo para montagem de estúdio, se a vencedora estiver enquadrada no disposto no item 13.3, não é cumulativo ao prazo da entrega do programa piloto, disposto no item 8.29;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

12.5 A proposta final para o lote não poderá conter item com valor unitário superior ao estimado pela Administração, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO, independente do valor total do lote.

13 DA VIGÊNCIA E AVALIAÇÃO DO CONTRATO:

13.1 DA VIGÊNCIA

O contrato deverá ter a vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo (anexo 2), o qual será lavrado até 5 (cinco) dias úteis após recebimento do programa piloto, com a possibilidade de prorrogação de acordo com o inciso II, do artigo 57, da lei 8.666/93.

13.2 DA AVALIAÇÃO

Em cada procedimento de renovação será emitido atesto pela Assessoria de Comunicação Social avaliando os serviços prestados pela CONTRATADA no período, comunicando eventuais falhas no cumprimento do contrato e informando, ainda, eventuais processo administrativos que estejam tramitando com objetivo de aplicar sanções à CONTRATADA.

14. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

14.1 Os preços propostos serão fixos e irrealizáveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses;

14.2 A contratada do referido processo licitatório poderá solicitar ao Tribunal de Justiça reajuste de preços somente depois de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura do contrato. Quando da solicitação de reajuste de preço, será utilizado como base o IPC-A calculado e divulgado pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Em caso da extinção do



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

referido índice, o Tribunal fará a opção do índice que servirá de reajuste. Ficará a critério do Tribunal de Justiça, concordar ou não, com o reajuste de preço.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO:

Os pagamentos referentes aos serviços que são objeto deste instrumento serão realizados mensalmente, através de depósitos bancários preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, mediante apresentação da(s) Fatura(s) /Nota(s) Fiscal (is), em nome de FERMOJU – FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - CNPJ: Nº 41.655.846/0001-47.

Os pagamentos devem ser encaminhados à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através do setor de Protocolo, junto com a documentação solicitada, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços.

16. PENALIDADES

O descumprimento de prazos e condições de atendimento ou a inexecução parcial ou total poderá, a juízo da fiscalização e da Administração do CONTRATANTE, acarretar a aplicação de forma distinta ou cumulativa das seguintes sanções:

- a)** Advertência;
- b)** Multa de 0,3% (três décimo por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho, por atraso injustificado na prestação dos serviços, no caso de atraso de até 30 (trinta) dias;
- c)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, por atraso injustificado na prestação dos serviços superior a 30 (trinta) dias;
- d)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do objeto licitado, em caso de inexecução total do objeto deste contrato;
- e)** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 05 (cinco) anos;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

- f) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- g) RESCISÃO, nos casos previstos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

17. DA RESCISÃO

O inadimplemento das cláusulas e condições previstas no contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento.

18.1 DAS CONDIÇÕES PARA RESCISÃO

18.1.1 Atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução dos serviços contratados;

18.1.2 Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia autorização da Administração;

18.1.3 Subcontratação total ou parcial do objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como da fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do contrato;

18.1.4 Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;

18.1.5 Cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;

18.1.6 Decretação de falência ou insolvência civil;

18.1.7 Dissolução da CONTRATADA;

18.1.8 Alteração ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo da Administração, prejudiquem a execução do contrato;

18.1.9 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

18.1.10 Por quaisquer das cláusulas previstas nos incisos XIV, XV e XVI do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após o início do contrato, uma avaliação das condições atuais de todos os equipamentos objeto do contrato, verificando-se onde serão necessárias intervenções e emitindo-se Relatório de Verificação para a FISCALIZAÇÃO.



José Ilo Santiago Júnior

Chefe da Assessoria de Comunicação Social